|  |
| --- |
| **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP****FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO****CURSO DE DIREITO** |
| **DISCIPLINA** | **PERÍODO** | **CÓDIGO** | **SEMESTRE** | **ANO** |
| **TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO AMBIENTAL** | **8º**  | **DIR-218** | **1º** | **2012** |
| **DOCENTES RESPONSÁVEIS: Guylherme Emmanuel – getqueiroz@usp.br** **Júlio César Franceschet –** **jfranceschet@tjsp.jus.br** **Raphaell Moreira – moreira@ursa.ifsc.usp.br** |
| **CARGA HORÁRIA TOTAL** | **CARGA HORÁRIA SEMANAL** | **DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA** |
| **TEÓRICA** | **PRÁTICA** | **TEO/PRA** |
| **40** | **02** | **40** |  |  |
| **PLANO DE ENSINO** |
| **OBJETIVOS:**A disciplina tem como objetivo geral permitir que o aluno compreenda o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e os mecanismos criados pelo legislador a partir da Lei 9.985/00 visando a proteção da biodiversidade, estudando-os de forma crítica e atentos aos acertos e desacertos legislativos. Tem ainda como objetivos específicos: (i) fomentar o debate acerca da eficácia dos instrumentos legais voltados à tutela do meio ambiente; (ii) permitir um estudo interdisciplinar do Direito Ambiental e das Ciências Ambientais, contribuindo para a percepção e resolução de problemas metajurídicos; (iii) analisar, de forma crítica, os atuais embates sobre as Unidades de Conservação de Uso Direto e de Uso Indireto; (iv) fomentar a pesquisa interdisciplinar, identificando subsídios na Biologia, Física, Química, Sociologia, Antropologia, entre outras, aptos à elaboração de uma legislação eficaz de proteção ao meio ambiente; (v) fomentar o debate e a pesquisa sobre as ações governamentais voltadas à tutela da sociodiversidade e da biodiversidade; (vi) contribuir ativamente para o aprimoramento da Ciência Jurídica e Ambiental através da produção científica e de proposição legislativa. |
| **EMENTA:**Direito Ambiental: definição, autonomia e limites. Direito Ambiental, Ciências Ambientais e Áreas Correlatas. Unidades de Conservação. Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Unidades de Conservação e Proteção Jurídica. Unidades de Conservação e Proteção Biológica. Aspectos Físico-biológicas das Unidades de Conservação. Lei 9.985/00: aspectos jurídicos, biológicos e físicos. Ambientalismo e Sócio-ambientalismo: divergências e convergências.  |
| **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:****1º Bimestre****Aula 1:** Direito Ambiental: definição, objeto de estudo, autonomia e relação com outras Ciências. Direito Ambiental, Ciências Ambientais e Áreas Correlatas do Conhecimento. Decisões jurisprudenciais e fundamentação meta-jurídica.**Aula 2:** Lei 9.985/00: Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Objetivos da Legislação. Contexto Histórico de Aprovação da Lei. Críticas. Avanços e Retrocessos. Aspectos Controvertidos. Decisões judiciais conflitantes sobre o disposto nos artigos 12 a 15 da Lei 9.985/00.**Aula 3:** Unidades de Conservação: definição, objetivos e base legal. Diferenças entre Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Reserva Legal e Área de Proteção Permanente. Fundamentação Biofísica das Unidades de Conservação. Indispensabilidade do estudo interdisciplinar.**Aula 4:** Modalidades de Unidades de Conservação: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. Diferenças entre as unidades de uso integral e unidades de uso sustentável. Estudo de casos: Belo Monte, Chico Mendes e Itatiaia.**Aula 5:**  Modalidades de Unidades de Conservação de Proteção Integral: estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio da vida silvestre. Aspectos jurídicos controvertidos. Sobreposição e inaplicabilidade da legislação.**Aula 6:** Modalidades de Unidades de Conservação de Uso Sustentável: Área de proteção ambiental, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Floresta Nacional, Área de relevante interesse ecológico, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Aspectos controvertidos. Ineficácia da legislação. Estudo de decisões judiciais sobre a Reserva do Xingu. **Aula 7:** Unidades de Conservação de Uso Direto e Unidades de Conservação de Uso Indireto: divergências e convergências. Aspectos Jurídicos Relevantes. Aspectos Biológicos e Físicos Relevantes. Eficácia das Unidades de Conservação de Uso Direto e de Uso Indireto. Estudo de Caso: “As quebradoras de cocô babaçu do Maranhão”.**Aula 8:** Avaliação Bimestral.**2º Bimestre****Aula 9:** Estudo de Caso: “Parque Nacional de Itatiaia”. Proteção Integral e Uso Sustentável: aspectos sociais e econômicos. Eficácia do modelo adotado em Itatiaia e em outros parques nacionais do Brasil. Aspectos biológicos relevantes.**Aula 10:** Reserva Extrativista: aspectos sociais, econômicos, físicos e biológicos. Estudo de Caso: “a reserva Chico Mendes”. Proteção do entorno. Populações Tradicionais. Proteção Cultural e Social: aspectos controvertidos.**Aula 11:** Floresta Nacional: contratos de concessão à iniciativa privada. Regras do contrato de concessão. Aspectos positivos e negativos. Estudo de Caso: “Floresta Nacional de Jamari”. Debate em grupo visando à formulação das cláusulas do contrato de concessão.**Aula 12:** Aspectos econômicos da proteção ambiental. Parques Nacionais e arrecadação decorrente da visitação. Produção econômica nas Reservas Extrativistas. Debate sobre o vídeo: “Reserva Extrativista Chico Mendes”. ICMS Ecológico: definição, usos e legislação.**Aula 13:** Biodiversidade e sociodiversidade: aspectos relevantes. A importância da Biologia e da Física na atividade legiferante. Sociologia, Antropologia e deficiência da legislação ambiental. **Aula 14:** Ambientalismo e Sócio-ambientalismo: definição, origens, defensores, teorias, convergências e divergências. Estudo do texto: “Refugiados da Natureza”. Posições extremas e temperadas. **Aula 15:** Atividade em grupo: proposta de uma nova lei de unidades de conservação, fundada, sobretudo, na interdisciplinaridade.**Aula 16:** Avaliação Bimestral. |
| **METODOLOGIA DE ENSINO:**Método Indutivo. Aulas Expositivas e dinâmicas em grupo. Trocas de experiências entre os alunos.Pesquisa de Doutrina e Jurisprudência.Grupos de debates sobre as questões propostas.Estudo de casos.Discussão sobre vídeos e filmes de curta duração. |
| **CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:**Média final para aprovação: 7,0 (sete) pontos, distribuídos em:1. 2 (duas) provas (uma no primeiro e a outra no segundo bimestre), valendo, cada uma, 3 (três) pontos. Ao final do semestre letivo, será concedida uma avaliação substitutiva desde que justificada ausência do(a) aluno(a) às provas regulares;
2. Participação nos grupos de debates, ao final dos quais será produzido breve resumo dos principais pontos. A cada debate e, por consequência, resumo, será atribuído 0,5 ponto. No total serão 4 debates (dois no primeiro e dois no segundo bimestre);
3. Trabalho em grupo consistente na formulação de proposta legislativa visando aperfeiçoar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Valor: 02 (dois) pontos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Manual de Direito Ambiental, de Paulo de Bessa Antunes. Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro;Tenotã-Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu, Oswaldo Sevá Filho.Phillips, Adrian. The history of the internacional system of protected area management categories. Disponível em: <http://cmsdata.iucn.org/downloads/14_3lowres.pdf> (acesso em 10.04.2012).Arruda, Rinaldo S V. Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf> (acesso em 10.04.2012).Costa, Felipe A. P. L. A insustentável leveza das Reservas Extrativistas. Disponível em: <http://www.oeco.com.br/convidados/16725-oeco_11134> (acesso em 10.04.2012).Dowie, Mark. Refugiados da Conservação. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/dowie.pdf> (acesso em 10.04.2012).BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Conflitos Sociais no Complexo Madeira, Alfredo W. Berno de Almeida. Fernandez, Fernando. Aprendendo a lição de Chaco Canyon: do desenvolvimento sustentável a uma vida sustentável. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-320Reflexao%2015.pdf> (acesso em 09.04.2012).Medeiros, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf> (acesso em 09.04.2012).  |

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Prof. GUYLHERME EMMANUEL**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Prof. JÚLIO CÉSAR FRANCESCHET**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Prof. RAPHAELL MOREIRA**